

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL Nº 0343909-8****AGRAVANTE:** Luiz Jerônimo Batista da Silva**AGRAVADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco**JUÍZO:** 2ª Vara de Execuções Penais-PE**PROCESSO EXECUÇÃO:** 2012.0028.001091**RELATOR:** Des. Odilon de Oliveira Neto

**EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. CUMPRIMENTO DA FRAÇÃO DE 3/5 DA PENA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. DESNECESSIDADE. DISTINÇÃO NÃO REALIZADA PELA LEGISLAÇÃO. INDEFERIMENTO DE PROGRESSÃO DE REGIME. PRECEDENTES DO STF. PROVIMENTO NEGADO. UNANIMIDADE.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Agravo Execução nº 0343909-8**, em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade, NEGAR provimento ao Agravo**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
Relator

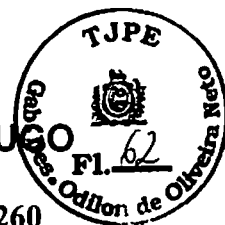


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512



**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL Nº 0343909-8**

**AGRAVANTE:** Luiz Jerônimo Batista da Silva

**AGRAVADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**JUÍZO:** 2ª Vara de Execuções Penais-PE

**PROCESSO EXECUÇÃO:** 2012.0028.001091

**RELATOR:** Des. Odilon de Oliveira Neto

**RELATÓRIO**

O presente Agravo em Execução foi interposto, nas fls. 36/40, pelo patrono do sentenciado **LUIZ JERÔNIMO BATISTA DA SILVA**, por não se conformar com a decisão do juízo da 2ª Vara Privativa das Execuções Penais-PE fls. 35 que indeferiu o pedido de progressão para o regime aberto.

Nas razões recursais requer a retificação do percentual para a progressão de regime, questionando a adoção da fração de 3/5 (três quintos) utilizada pelo Juízo *a quo*, referente à reincidência, nos termos do art. 2º, § 2º da Lei 11.464/07. Alega, para tanto, que a Lei de Crimes Hediondos é omissa quanto à questão da reincidência, visto que não especifica se a condenação anterior deve ser também pela prática de crime hediondo ou por crime de qualquer natureza. Assim, pleiteia que seja conhecido e provido o agravo, para que seja deferido o pedido de progressão de regime.

A 19ª Promotoria de Justiça da Capital se manifestou pelo provimento deste Agravo, para que seja reformada a decisão agravada, opinando pela utilização do percentual de 2/5 (dois quintos) da pena cumprida para o cálculo da progressão, em razão do reeducando ter sido reincidente pela condenação de crime não hediondo (fl. 41/42).



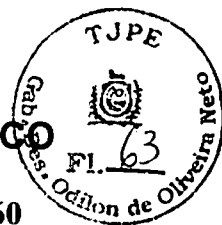
**PODER JUDICIÁRIO**

**DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512



Às fls. 45/47, após a provocação, o juízo agravado não se retratou e manteve a decisão agravada.

À Procuradoria de Justiça às fls. 58/59 opinou no sentido do **INDEFERIMENTO** do Recurso de Agravo em Execução.

É o relatório, inclua-se em pauta.

Recife, 12 de setembro de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**

**Relator**

68

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto****Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260****Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512****1ª CÂMARA CRIMINAL****AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL Nº 0343909-8****AGRAVANTE:** Luiz Jerônimo Batista da Silva**AGRAVADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco**JUÍZO:** 2ª Vara de Execuções Penais-PE**PROCESSO EXECUÇÃO:** 2012.0028.001091**RELATOR:** Des. Odilon de Oliveira Neto**VOTO**

Conforme relatado, o presente Agravo em Execução foi interposto, nas fls. 36/40, pelo patrono do sentenciado **LUIZ JERÔNIMO BATISTA DA SILVA**, por não se conformar com a decisão do juízo da 2ª Vara Privativa das Execuções Penais-PE fls. 35 que indeferiu o pedido de progressão para o regime aberto.

As assertivas recursais se resumem a dizer que o Agravante faz jus a retificação do cálculo para a progressão do regime aberto, com base na fração de 2/5 da pena e não em 3/5 como determinado pelo Juízo *a quo*, por não ser reincidente específico em crime hediondo ou equiparado. Ressalta que foi utilizado o critério mais gravoso para o requerente ao entender que a Lei 11.464/2007 não exige que a reincidência seja específica para os crimes hediondos.

No entanto, ao contrário do que foi alegado no recurso, posso inferir que o pleito do Agravante não merece ser acolhido, porque não cabe nenhuma correção ou mudança na decisão recorrida que bem observou aos ditames da Lei de Execuções Penais (LEP) ao reconhecer como correta a fração de 3/5 de cumprimento da pena do recorrente para o direito de progressão ao regime aberto.

**Afirma o Juiz às fls. 35:**

69

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**"(...) Assim, considerando que o sentenciado tinha uma condenação anterior extinta, de acordo com cópia de decisão de fls. 09, ele é considerado reincidente e por ter cometido um novo delito de natureza hedionda, sua progressão se dará após 3/5 (três quintos) de cumprimento de sua pena".**

Concordo com os argumentos expendidos pelo juízo de primeiro grau ao definir a fração de 3/5 (três quintos) de pena para progressão tanto na decisão de fl. 35, bem como na oportunidade em que não se retratou nas fls. 45/46.

De início, é cogente esclarecer que o recorrente foi condenado à pena de 08 (oito) anos de reclusão em regime fechado pela prática do crime previsto no art. 33 da lei 11.343/06, equiparado a hediondo e 03 (três) anos de reclusão pela infração ao art. 14 da Lei 10.826/03, tendo cometido tais crimes em 01/07/2009.

Além do mais, verifica-se que o agravante, quando de sua condenação pelo tráfico, já possuía condenação transitada em julgado pelo delito de roubo, nos termos do art. 157, § 2º, I e II do Código Penal, com pena de 10 (dez) anos e 08 (oito) meses, cumprida integralmente em 07/05/2009.

Forçoso, também, realçar que, com a promulgação da antedita Lei nº 11.464, a referida Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), teve sua redação alterada, passando o § 2º, do seu art.2º, a dispor que:

*"Art. 2º - omissis*

*§2º - A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois*



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente". (GRIFEI)

Vê-se que a edição do prefalado diploma legal possibilitou a progressão do regime, também, para os condenados pela prática de crimes hediondos ou equiparados, porém verifica-se que foi estabelecido como pressuposto para progressão do regime prisional que o apenado tenha cumprido 2/5 da pena, se primário, ou 3/5, se reincidente.

Observe-se que, **a referida lei não menciona a necessidade de reincidência específica**, tampouco faz qualquer exigência quanto à mesma. Portanto, conclui-se que a incidência da fração 3/5, para progressão de regime, dar-se-á independentemente de o apenado ser ou não reincidente específico em crime hediondo.

Nesse sentido, a decisão guerreada está em consonância com o entendimento adotado pelos Tribunais Superiores, senão, vejamos:

**PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) TRÁFICO DE DROGAS. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO OBJETIVO. CUMPRIMENTO DE 3/5 DA REPRIMENDA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. DESNECESSIDADE. DISTINÇÃO NÃO REALIZADA PELA LEGISLAÇÃO. ILEGALIDADE MANIFESTA. INEXISTÊNCIA. (3) WRIT NÃO CONHECIDO. 1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso ordinário. 2. Esta Corte firmou o entendimento de que o legislador, ao dar nova redação ao art. 2º, § 2º, da Lei n.º 8.072/90, não fez qualquer menção à necessidade da reincidência ser específica em crime hediondo ou equiparado. 3. Writ não conhecido. (STJ. HC 238592 / RJ HABEAS CORPUS 2012/0070240-7, Relator (a) Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (1131), SEXTA TURMA, Julgado em 04/02/2014 DJ. 18/02/2014). [grifei]**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
**Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260**  
**Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512**

---

Este é inclusive o entendimento adotado pela doutrina, conforme leciona Guilherme de Souza Nucci:

"(...) A proposta da reincidência, no caso presente, é genérica, não havendo qualquer menção ou opção política pela reincidência específica. (...) Enfim, quando se pretende sinalizar para a adoção da reincidência específica, seja ela de que nível for, a lei deixa bem clara a opção. Não foi o caso da nova redação do art. 2º, § 2º, desta Lei. (...) Não se alterou o conceito de reincidência. Logo, quem cometer delito hediondo ou equiparado, depois de já ter sido condenado por crime, nos últimos cinco anos, no País ou no estrangeiro, deve progredir somente quando sua pena atingir os 3/5. (...)" (NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 5ª ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 682/683.)

Assim, como o presente caso trata-se de crime equiparado a hediondo, **cometido na vigência** da Lei supracitada, na data de 01/07/2009, e o **recorrente é reincidente**, entendendo como correta a incidência da fração de 3/5 para a progressão de regime carcerário.

Ante o exposto e, **em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, VOTO pelo IMPROVIMENTO deste Agravo de Execução**, para que seja mantida na íntegra a decisão recorrida.

Recife, 23 de 09 de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**